

RECURSO ESPECIAL Nº 1.787.041 - SP (2018/0333076-9)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS - SP023134
DANIEL DE SOUZA E OUTRO(S) - SP150587
MARIA ELISA PERRONE DOS REIS TOLER - SP178060
LUIZ FELIPE PERRONE DOS REIS - SP253676
THAIS LENTZ DA SILVA - SP257161
RAFAEL SGANZERLA DURAND - SP211648
ELAINE EVANGELISTA - SP224891
GRAZIELA ANGELO MARQUES FREIRE - SP251587
DENISE LEONARDI DOS REIS - SP266766
ARTHUR MOREIRA DELGADO - SP309993
FERNANDO FERREIRA DA SILVA PARRO - SP253872
ERICA VANESSA MARQUES DOS SANTOS - SP315972
FABIO GLOEDEN BRUM - SP261003
RECORRIDO : ANA MARIA BROIS SATO
ADVOGADO : HANAÍ SIMONE THOMÉ SCAMARDI - SP190663

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. SUSPENSÃO. Descabimento em fase de liquidação, uma vez que a sentença proferida na ação civil pública já transitou em julgado. LEGITIMIDADE ATIVA RECONHECIDA. FILIAÇÃO AO IDEC. Desnecessidade de comprovação do vínculo associativo com a entidade, que propôs a ação civil pública, pelos agravados, para se beneficiarem dos efeitos da sentença. ILIQUIDEZ DO TÍTULO EXECUTIVO. Descabimento. Não se observa ao caso a necessidade de prévia liquidação do julgado. Inteligência do artigo 475-B do CPC. JUROS REMUNERATÓRIOS. Possibilidade. Devem ser incorporados ao capital para restituir o equilíbrio entre as partes. CORREÇÃO MONETÁRIA. Atualização que deve ser feita pela Tabela Prática deste Egrégio Tribunal de Justiça e não pelos índices de poupança. JUROS DE MORA. Incidência inicial a partir da citação na fase de liquidação de sentença e não da ação civil pública. Precedente do Superior Tribunal de

Justiça. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Cabível arbitramento em fase de liquidação de sentença. Sucumbência recíproca. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Reapreciando a questão da liquidez necessária para o cumprimento da sentença da ação civil pública e o tema da fluência inicial dos juros de mora, ambos os assuntos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça sob o regime de recurso repetitivo (Código de Processo Civil de 2015, artigo 1.030, inciso II), o Colegiado originário proferiu acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUROS MORATÓRIOS TERMO INICIAL Data da citação para a ação coletiva Entendimento pacificado pelo STJ em análise de recurso repetitivo Novo julgamento por esta Turma, consoante o previsto no art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC/1973. AGRAVO DE INSTRUMENTO EXPURGOS INFLACIONÁRIOS AÇÃO CIVIL PÚBLICA EXECUÇÃO INDIVIDUAL Fase de liquidação de sentença Necessidade de observância do disposto no art. 509, inc. II, do CPC de 2015 Reconhecimento de nulidade Descabimento Ausência de prejuízo. Recurso desprovido. Adequação parcial ao posicionamento do STJ.

A parte recorrente alega violação dos artigos 81, 82, 95, 97, 98 e 101 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor; dos artigos 16 e 21 da Lei 7.347/1985; dos artigos 219, 267, 269, 475, 475-E, 475-G e 475-P do Código de Processo Civil de 1973; do artigo 2º-A da Lei 9.494/1997; dos artigos 193, 402, 884 e 2.028 do Código Civil de 2002; dos artigos 177 e 1.059 do Código Civil de 1916; e divergência jurisprudencial. Pretende o afastamento dos juros remuneratórios. Suscita prescrição. Acusa incompetência do Juízo e ilegitimidade ativa. Sustenta a necessidade de liquidação da sentença da ação civil pública. Argumenta que o débito deve ser corrigido monetariamente pelos índices de remuneração dos valores depositados em conta de poupança. Reclama de enriquecimento ilícito e de ofensa à coisa julgada.

Inicialmente, anoto que o Recurso Especial 1.438.263/SP, Relator Ministro

Raul Araújo, foi afetado (conjuntamente com os Recursos Especiais 1.361.872/SP e 1.362.022/SP) para julgamento da controvérsia referente à legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual (Segunda Seção, por maioria, julgamento 28.5.2019, DJe 7.6.2019).

Ao determinar a suspensão de recursos que versem sobre a mesma controvérsia (Resolução STJ n. 8, de 2008, artigo 2º, § 2º; CPC de 2015, artigo 1.036), o Ministro Raul Araújo esclareceu que "a suspensão não abrange os específicos casos das execuções das sentenças proferidas na ação civil pública que a Apadeco moveu contra o Banestado (ACP nº 38.765/1998/PR) e naquela que o IDEC moveu contra o Banco do Brasil (ACP nº 16798-9/1998/DF), levando-se em consideração o julgamento dos Recursos Especiais nº 1.243.887/PR e nº 1.391.198/RS, julgados sob o rito dos recursos especiais repetitivos, e a eficácia preclusiva decorrente da coisa julgada".

Conforme ponderou o Ministro Raul Araújo, "a suspensão abrange todos os Recursos Especiais e Agravos em Recursos Especiais em trâmite nos Tribunais de Segunda Instância ou no Superior Tribunal de Justiça, nos quais a questão acima destacada, seja na fase de liquidação ou de cumprimento de sentença, tenha surgido e ainda não tenha recebido solução definitiva, com o trânsito em julgado" (Decisão singular de 26.6.2019, DJe 1º.8.2019).

No caso, perante a Corte de origem, a parte executada interpôs agravo de instrumento contra decisão proferida nos autos de cumprimento da sentença da ação civil pública proposta em 26.3.1993 pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC em desfavor do BANCO DO BRASIL S.A. (incorporador do BANCO NOSSA CAIXA S.A.), feito distribuído à 6ª Vara da Fazenda Pública da comarca de São Paulo - SP (autuado sob o nº 0403263-60.1993.8.26.0053 - C-225/93), passado em julgado em 9.3.2011.

Observe que o tema "legitimidade do não associado para a execução da sentença proferida em ação civil pública manejada por associação na condição de substituta processual", afetado ao rito do artigo 1.036 do CPC de 2015, é suscitado no presente recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, considerando-se que a suspensão determinada nos autos do Recurso Especial 1.438.263/SP abrange o caso concreto, impõe-se o sobrestamento do andamento processual.

Em face do exposto, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC de 2015 e do artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do STJ, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a respectiva baixa, para sobrestamento até o julgamento do mérito dos recursos repetitivos mencionados nesta decisão, procedendo-se, após, conforme os artigos 1.040 e 1.041 do mesmo Código.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora